

CONSIDERAÇÕES GRAMSCIANAS: IDEOLOGIA E HEGEMONIA NO CONTEXTO DITATORIAL BRASILEIRO

Roberta Gerciane Viana de Araújo¹

RESUMO

Durante 21 anos, o regime militar procurou manter-se forte e no poder, tanto reforçando o aparato policial e os órgãos de investigação, quanto recorrendo à construção de sua hegemonia ideológica e tentando de toda forma se legitimar na sociedade brasileira. O objetivo deste trabalho é refletir os conceitos de ideologia e hegemonia em Antônio Gramsci, buscando associa-los ao contexto ditatorial e assim tentar compreender certas nuances sobre o período. A partir de tais conceitos, pode-se observar que ambos estão ligados de forma a complementar a compreensão em torno do regime militar pondo em destaque o governo do general Emílio Garrastazu Médici e suas tentativas de se ter um governo hegemônico, legitimando-o pelo viés da coerção, em maior escala, e do consentimento. Considerações gramscianas cabíveis a tal contexto histórico pela contribuição deste autor com conceitos importantes e significativos para o entendimento mais profundo dos planos da classe dominante sobre a sociedade civil e subordinada. É de suma importância problematizar tais conceitos e traçar “novas” reflexões sobre eles e sobre o regime militar, a fim de contribuir para a historiografia pertinente ao período em questão, e assim, propagar outras possibilidades de entendimento sobre a temática.

Palavras-chave: Regime militar. Ideologia. Hegemonia.

Durante 21 anos, o regime militar procurou manter-se forte e no poder, tanto reforçando o aparato policial e os órgãos de investigação, quanto recorrendo à construção de sua hegemonia ideológica e tentando de toda forma se legitimar na sociedade brasileira. Na tentativa de se legitimar, o regime precisava passar a ideia de que era necessário para garantir a segurança do país, com o intuito final de estabelecer uma imagem positiva, através das estratégias de comunicação pelo uso das mídias.

O golpe acarretou mudanças muito mais complexas e estruturais na organização do país, quando então responsável pelo fim do Estado Populista e surgimento de um regime militar. A ditadura ora implantada em 1964 tinha como objetivo desarticular a elite política intelectual reformista que estava cada vez mais próxima ao Estado e cortar laços de organização entre a elite intelectual e os movimentos sociais.

Logo após o golpe em 1964, alguns setores como a classe política civil que havia apoiado e dado suporte a tomada do poder, entenderam que não teriam espaço no regime que estava sendo implantado, quando alguns membros do segmento civil tiveram seus direitos políticos cassados, deixando transparecer a verdadeira face dos militares, que com a chegada ao poder, demonstraram suas reais intenções, de forma autoritária e repressiva. Mais autoritária e repressiva ainda com os seus opositores, sejam do meio político, sejam da sociedade civil.

Após 1968, o regime militar radicaliza a repressão sobre a sociedade civil. O governo reprime veementemente os críticos de sua postura. Logo após o AI – 5 ser decretado, o general Emílio Garrastazu Médici² entra na presidência do Brasil, sendo no seu mandato onde a repressão social se caracterizou mais profundamente. Seria o período mais repressivo de todos os governos militares, com perseguições, cassação de mandatos, repressão, torturas e prisões, utilizadas como forma de controle da sociedade e das manifestações no país.

¹ Pós-graduanda em História na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG);

² Governou de 1969 à 1974;

Com um perfil de continuidade dos governos militares anteriores, Médici assume uma conduta de governo técnico e burocrático. Como relata Maurício Ferreira Silva, “uma administração burocrática e autoritária, visto que o centro das decisões se concentraria no Executivo, condenando a questões protocolares, os demais poderes.” (2012, p. 155)

No contexto Médici, a articulação golpista tinha na imprensa o grande apoio para propagação de uma imagem diferenciada da realidade e foi com este apoio que conseguiu “encobrir” muitas de suas atitudes repressoras, demonstrando uma imagem branda de seu poderio no país. Canais de comunicação estavam voltados para transmitir o ideário de que a economia imposta ao Brasil pela ditadura correspondia e atendia aos interesses “nacionais” e não de grupos privilegiados, como era o que ocorria. E dentre os governos militares, o período do General Médici foi o que obteve mais destaque quanto à repressão policial e política e a forte propaganda ideológica através da AERP³, com a TV, rádio, jornais, revistas entre outros meios. Como aponta Carlos Fico (1997, p. 110), “Uma característica que marcou a propaganda política do regime militar foi sua coincidência com uma fase de franca modernização dos meios de comunicação de massa no Brasil”.

A AERP se tornou, ao longo da década de 1970, uma das maiores anunciantes da mídia brasileira e, portanto, um dos principais clientes dos setores vinculados a essa atividade econômica (agências de publicidade, laboratórios cinematográficos etc). Todavia, a ênfase de suas campanhas repousava na televisão, no cinema, na imagem em movimento, enfim. O rádio e a mídia impressa tiveram papel secundário na propaganda desenvolvida por aquele órgão oficial. (ALMEIDA, 2013, p. 64).

Diante do forte papel desempenhado pela Televisão, a AERP desempenhou uma intervenção direta em torno das programações, seja no campo da censura ou na questão direta sobre o formato das programações.

“Entre 1970 e 1973, 396 campanhas publicitárias foram produzidas e veiculadas. Essas propagandas camuflavam a atuação autoritária do governo com a falsa ideia de participação popular, ou seja, o principal personagem do governo era a sociedade.” (NAVES, 2012, p. 5). Tais campanhas imprimiam a imagem de um país em construção e que a aceitação do cidadão já era o suficiente. Foi criada uma atmosfera de forjamento quanto a existência de uma ameaça à sociedade, de uma esquerda que ameaçava a ordem no país e o perigo de uma nação comunista. Tudo muito bem articulado e abordado pela AERP.

Os propagandistas do regime militar tiveram de burlar uma situação contraditória. De um lado, necessitavam demonstrar valores positivos, de moral, ética e de superioridade; mas por outro, haviam de conviver com um regime autoritário⁴, censuras, perseguições e demais ações do governo militar. A saída para isso, era desenvolver “uma certa ‘estratégia retórica’ que consistia em afirmar precisamente o inverso do que se tinha.” (FICO, 1997, p. 95)

Com todo esse clima de desenvolvimento e propagação da imagem do “país do futuro”, havia-se a tentativa de criar um clima de otimismo na população. Com o “Milagre Econômico” e a conquista da Copa do Mundo de Futebol de 1970, tal otimismo transformasse em ufanismo, um sentimento patriótico cada vez maior. E claro que a AERP se aproveitou de tal clima para ampliar sua propaganda política sobre o governo Médici. Esses episódios, o “Milagre Econômico” e a conquista da Copa do Mundo, forneceram a segurança do destino de grandeza do país do qual necessitava a propaganda política militar.

As comemorações alusivas aos 150 da independência do Brasil (1972) chamaram toda a atenção para sua construção, inclusive com a participação de parte da população, que foi

³ Assessoria Especial de Relações Públicas;

⁴ Em suma, os regimes políticos autoritários operavam através da suspensão das garantias individuais e das garantias políticas. No regime político autoritário as normas constitucionais são manipuladas ou reeditadas conforme os interesses do grupo ou partido que detêm o poder;

“levada” a entrar nas festividades através da euforia disseminada nas propagandas, que transmitia o caráter de integração ao todo social e agregando uma imagem mais popular da festa que de certa forma era uma comemoração ao regime militar e ao período de alta econômica. Foram cinco meses inteiros de festas nos quais a ditadura se colocou “simpática” ao povo brasileiro, festejando sua história, e principalmente, o presente e os planos futuros. Tal momento foi comemorado em todo o país, e através da propaganda, serviu como uma espécie de véu para encobrir atos autoritários do governo do General Médici, traçando certo desvio da atenção da população dos chamados “anos de chumbo”.

A propaganda e toda essa simbologia criada possuía um forte teor otimista, que ajudaria no ambiente propício à realização dos projetos do regime militar, como o desenvolvimento econômico de forma rápida e o apoio ao autoritarismo político vigente.

A AERP buscava realizar campanhas de comunicação social que trouxessem alguma legitimidade ao regime militar, criando-lhe uma imagem favorável, ao mesmo tempo que procurou neutralizar as críticas sofridas por tal governo, além de atingir as camadas populares. Suas peças publicitárias se baseavam em um imaginário preexistente na sociedade brasileira dos anos 1970. (ALMEIDA, 2013, p. 69)

Frente a estas oposições, a propaganda ideológica foi a ferramenta mais para que se encobrisse os atos do governo autoritário e sem que a maioria da população (aquela que consentia com o âmbito militar), pudesse sentir o “ar pesado” que rondava o país.

Antônio Gramsci considera que a ideologia de uma sociedade reflete os valores e ideais da classe que detém o poder, o que nos remete a Ditadura Militar brasileira e suas formas de busca por uma legitimação no poder através do consenso de parte da população, utilizando-se da repressão policial e política e de uma forte propaganda ideológica, principalmente no governo Médici. Formas de busca, pois é importante destacar que “não existe um sistema social em que o consentimento seja a base exclusiva da hegemonia, nem Estado em que um mesmo grupo possa, somente por meio da coerção, continuar a manter de forma durável a sua dominação”. (PORTELLI, 1977, p. 69)

Nos termos de Jefferson Vasques Rodrigues, Gramsci compreendeu que

para a realidade dos Estados ocidentais, a produção e a reprodução das relações sociais - e políticas - não podiam se dar, exclusivamente, através da coerção; elas se davam de múltiplas e complexas formas, nas quais as ideologias jogavam um papel decisivo. Para Gramsci, o Estado seria “hegemonia coraçada de coerção” (GRAMSCI, 2002, CC 6, §88, p. 244). Era preciso superar as teses simplistas que imperavam no seio da III Internacional e ele, com a ajuda de Lênin, em certo sentido, as superou (teses como a do Estado como aparelho exclusivamente coercitivo). Assim como o Estado não é apenas uma máquina coercitiva, mas também responsável pelo consenso, em sentido inverso, a hegemonia não está relacionada apenas ao consenso, ao convencimento, mas também à função coercitiva. Estado e organizações revolucionárias são aparelhos de hegemonia que devem mediar a aplicação da coerção e do consenso de acordo com o momento político. (RODRIGUES, 2011, p. 80)

É importante destacar que, para Gramsci, coerção e consentimento não são contrários. Pelas reflexões feitas, a força é um elemento que constitui o consenso, na medida em que qualquer ruptura deste traz à tona o lado coercitivo, lado esse que é intrínseco a todas as esferas da vida social e permanecem encobertos enquanto o consenso demonstrar que é suficiente para manter as relações almejadas pela classe dominante. A coerção é o elemento “oculto”, ligado ao consenso.

Analisando o conceito de ideologia, observamos como ele é fundamental para entender as formas de se constituir legitimidade em um regime autoritário através da imprensa. Esta era reprodutora de matérias favoráveis ao governo, veiculadas nos jornais e

nos programas de televisão que divulgavam a ideologia da classe que detinha o poder. O conceito de ideologia está arraigado ao conceito de hegemonia que é trabalhado por Gramsci, numa perspectiva que se encaixa e nos dá base para entender o regime militar brasileiro e o seu processo de tentativa de se legitimar no poder.

Gramsci irá dar um novo sentido a conceituação de ideologia, com outras reflexões e perspectivas, diferenciando-se do sentido explanado por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*⁵ e tomando certa base nas considerações de Lênin, que já apontavam para esta abertura no termo em questão.

A partir de uma reflexão mais profunda, com uma atenção para as diferenças internas, Gramsci vai reconstituir o conceito de ideologia traçando alguns aspectos explicativos, explanados no primeiro volume dos *Cadernos do cárcere*:

Um elemento de erro na consideração sobre o valor das ideologias, ao que me parece, deve-se ao fato (fato que, ademais, não é casual) de que se dê o nome de ideologia tanto à superestrutura necessária de uma determinada estrutura, como às elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos. O sentido pejorativo da palavra tornou-se exclusivo, o que modificou e desnaturou a análise teórica do conceito de ideologia. O processo deste erro pode ser facilmente reconstruído: 1) identifica-se a ideologia como sendo distinta da estrutura e afirma-se que não são as ideologias que modificam a estrutura, mas sim, vice-versa; 2) afirma-se que uma determinada solução política é “ideológica”, isto é, insuficiente para modificar a estrutura, enquanto crê poder modifica-la se afirma que é inútil, estúpida, etc.; 3) passa-se a afirmar que toda ideologia é “pura” aparência, inútil; estúpida, etc. É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalísticas, “voluntaristas”. Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Enquanto são “arbitrárias” não criam mais do que “movimentos” individuais, polêmicas, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma). (GRAMSCI, 1999, p. 237/238)

Como bem continua refletindo Gramsci, para Marx e Engels a ideologia era parte constitutiva da *supra-estrutura*, devendo ser criticamente analisada. Mas, Gramsci aponta para a identificação da ideologia com “todo o conjunto das supra-estruturas.” O autor italiano coloca a noção de ideologia não só como um sistema de ideias, mas como prática social vivida e habitual, tornando-a mais abrangente. Como bem reflete Leandro Konder,

A concepção de ideologia adotada por Gramsci está ligada a uma certa unificação das supra-estruturas em torno dos valores históricos do conhecimento e da cultura. O pensador italiano é, sem dúvida, um materialista; seu materialismo, porém, tem uma feição peculiar: está permanentemente atento para a importância da criatividade do sujeito humano, para o poder inovador dos homens, tal como se expressa nas criações culturais. (2002, p. 107)

No caso brasileiro, no regime autoritário ora instaurado, não se pode perder de vista que a classe que detém o poder, repassa a sua ideologia e efetua o controle do consenso através das diversas instituições, que são tomadas enquanto instrumentos para se alcançar a hegemonia almejada. Escolas, igrejas, jornais e os demais meios de comunicação em geral, são levados a tentar inculcar nas classes dominadas a subordinação passiva, através de um

⁵ Escrito entre os anos de 1845/1846, foi a primeira obra de parceria entre Marx e Engels. Primeira publicação completa em 1932.

complexo conjunto de discursos e ideologia de seu interesse, o interesse do governo militar em legitimar-se na sociedade.

O conceito de hegemonia em Gramsci, vem nos dá suporte na busca por compreender o que significou o governo do general Médici enquanto um momento político que teve suas peculiaridades dentro do regime militar. Tal governo simbolizou um momento de renovação do poderio militar, com o intuito de manter uma coesão de forças e o aumento de sua base de apoio, utilizando-se em maior proporção da repressão de cunho político (coerção), como também, em menor grau, da propaganda ideológica (consentimento). Mediante tais “esforços” do governo Médici, observou-se a tentativa do regime militar construir a sua hegemonia. Como analisa Luciano Gruppi, a hegemonia é “a capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe.” (1978, p. 70)

Segundo Hugues Portelli, “Gramsci utiliza o termo ditadura ou dominação para definir a situação de um grupo social não hegemônico, que domina a sociedade exclusivamente através da coerção, graças à detenção do aparelho de Estado.” (1977, p. 69). Porém refletindo acerca desse conceito de ditadura, ele parece não corresponder a experiência da ditadura militar brasileira no período Médici. Pelos motivos já percorridos neste texto, o governo Médici fez uso não só de práticas coercitivas para exercer o poder, como também da ferramenta da propaganda, onde procurou transmitir junto à sociedade uma imagem ideologicamente favorável ao regime em vigor.

Como aponta Ricardo Constante Martins,

No mínimo, o que se pode considerar é que Médici não fez uso somente da coerção para pôr em prática os objetivos político-econômicos de seu mandato: a propaganda ideológica foi peça fundamental para a ditadura militar naquele momento buscar um consenso em torno de seu projeto de “desenvolvimento”. [...] os militares que ocupavam o poder se utilizaram da propaganda política para fazer chegar ao país enquanto necessidade “nacional”, coletiva, a implementação e manutenção de um modelo de desenvolvimento que excluía, em termos de benefício material e não somente retórico, a maior parte do povo brasileiro. (1999, p. 13/14).

É importante ressaltar que a ditadura militar brasileira não alcançou tal hegemonia de forma efetiva. Como bem relata Carlos Nelson Coutinho,

[...] no Brasil as transformações foram sempre o resultado do deslocamento da função hegemônica de uma para outra fração das classes dominantes. Mas estas, em seu conjunto, jamais desempenharam, até agora, uma efetiva função hegemônica em face das massas populares. Preferiram delegar a função de dominação política ao Estado [...], ao qual coube a tarefa de “controlar” e, quando necessário, de reprimir as classes subalternas. (1992, p. 126).

Assim, a partir dos conceitos aqui explanados, pode-se observar que ambos estão ligados de forma a complementar a compreensão em torno do regime militar pondo em destaque o governo Médici e suas tentativas de se ter um governo hegemônico, legitimando-o pelo viés da coerção e do consentimento. Considerações gramscianas cabíveis a tal contexto histórico pela contribuição deste autor com conceitos importantes e significativos para o entendimento mais profundo dos planos da classe dominante sobre a sociedade civil e subordinada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013. 356 p.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus. 1992.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil* – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997. 200p.

GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Política. (Traduzido do original *Il Concetto di egemonia in Gramsci* por Carlos Nelson Coutinho)

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, volume 1. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho, co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Cadernos do cárcere*, vol. 3, edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo – Companhia das Letras. 2002.

MARTINS, Ricardo Constante. *Ditadura Militar e Propaganda Política: A revista Manchete durante o governo Médici*. São Carlos, 1999. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciência Política, UFSCar.

MARX, K. ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Teses sobre Feuerbach. São Paulo: Ed Moares. 1984.

NAVES, Laura Maria. *O Papel da Aerp na Construção da Identidade Nacional: Análise das Propagandas Políticas Durante o Governo Médici*. Universidade de Brasília. 2012.

Disponível em: <http://www.unicentro.br/redemc/2012/artigos/41.pdf>. Acesso em: 01 de Fev 2015.

PORTELLI, Huges. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

RODRIGUES, Jefferson Vasques. *A práxis educativa entre direção e base no partido revolucionário: uma análise a partir de Gramsci*. Campinas, SP [s.n.], 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

SILVA, Maurício Ferreira. *Comunicação e Autoritarismo no Brasil: a política de comunicação do regime militar*. Cruz das Armas – BA. UFRB, 2012.